



PARTE G

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO, E. P. E.

Deliberação (extrato) n.º 870/2017

Por deliberação de 27 de julho de 2017 do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E., foi atribuído o abono de suplemento remuneratório a pessoal da carreira especial de enfermagem pelo exercício do cargo de chefia, conforme o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 122/2010, de 11 de novembro, com efeitos a 01 de agosto de 2017, às seguintes enfermeiras:

Júlia da Conceição Correia Esteves Nogueira, Enfermeira Chefe
Maria do Céu Faia Galvão Pinto, Enfermeira Chefe

13 de setembro de 2017. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. António Franklím Ribeiro Ramos*.

310777572

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, E. P. E.

Deliberação (extrato) n.º 871/2017

Por deliberação de 13 de julho de 2017, do Conselho de Administração da ULS-Castelo Branco, E. P. E.:

Gina Augusta Semedo Rodrigues Melo, Assistente Graduada de Cirurgia Geral, da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E., autorizada a redução de mais uma hora do seu horário semanal (de 38 horas para 37 horas semanais), ao abrigo do n.º 10 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de março, sucessivamente alterado e aplicável por força do disposto na alínea *a*) do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, sucessivamente alterado, a partir de 1 de julho de 2017. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de setembro de 2017. — O Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E., *Dr. António Vieira Pires*.

310782812

Deliberação (extrato) n.º 872/2017

Por deliberação de 1 de setembro de 2017, do Conselho de Administração da ULS-Castelo Branco, E. P. E.:

João Jesus Henriques, Assistente Graduated de Ortopedia, da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E., autorizada a redução de uma

hora do seu horário semanal, (de 42 horas para 41 horas semanais), ao abrigo do n.º 10 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de março, sucessivamente alterado e aplicável por força do disposto na alínea *a*) do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, sucessivamente alterado, a partir de 1 de setembro de 2017. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de setembro de 2017. — O Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E., *Dr. António Vieira Pires*.

310782829

Deliberação (extrato) n.º 873/2017

Por deliberação de 31 de agosto de 2017, do Conselho de Administração da ULS-Castelo Branco, E. P. E.:

Luís Carlos Oliveira Tavares, Assistente Graduado de Anestesiologia, da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E., autorizada a redução de mais três horas do seu horário semanal (de 39 horas para 36 horas semanais), a partir de 1 de setembro de 2017, ao abrigo do n.º 10 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de março, sucessivamente alterado e aplicável por força do disposto na alínea *a*) do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, sucessivamente alterado. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de setembro de 2017. — O Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E., *Dr. António Vieira Pires*.

310782837

Deliberação (extrato) n.º 874/2017

Por deliberação de 01 de setembro de 2017, do Conselho de Administração da ULS-Castelo Branco, E. P. E.:

Autorizada a dispensa de prestação de serviço de urgência, ao Dr. João Jesus Henriques, Assistente Graduado de Ortopedia, a partir de 1 de setembro de 2017, de acordo com o n.º 8, do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de março, sucessivamente alterado, Circular Informativa n.º 6/2010, da ACSS, de 6 de junho.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

13 de setembro de 2017. — O Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E., *Dr. António Vieira Pires*.

310782789



PARTE H

ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Aviso n.º 11339/2017

Em cumprimento do disposto no n.º 11 do artigo 11.º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho, torna-se público que, na reunião do Comissão Executiva de 8 de setembro de 2017, foi aprovado designar, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, o Técnico Superior Dr. José Pedro Ramos Figueiredo, para o cargo de direção intermédia de 2.º grau, para a Divisão de Gestão de Fundos Comunitários, por possuir o perfil adequado e pretendido, uma boa e comprovada aptidão e experiência profissional.

Esta designação foi precedida de procedimento concursal, e teve como fundamento a proposta do Júri do referido procedimento, nos termos do n.º 10 do artigo 11.º da Lei n.º 77/2015 de 29 de julho.

Nota Curricular

Nome: José Pedro Ramos Figueiredo

Formação Académica e Profissional:

Habilitações Literárias: Licenciatura em Economia.

Formação Profissional:

Frequência de ações/cursos de formação profissional, seminários, colóquios, etc., relacionados com a área funcional do cargo a prover, dos quais se destacam:

Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública — INA;
Curso de Formação: “Cooperação e Relações Internacionais” — INA;

Curso de Formação: “União Europeia” — INA;

Curso de Formação: “Metodologias de Avaliação de Programas/Projetos” — CCDRN;

Participação no seminário: “Introduction to Evaluation and Indicators for EU Structural Funds” and “Evaluation and Monitoring of EU Structural Funds” — EIAPA;

Participação na 9.ª Conferência Norte XXI “Programa Operacional da Economia: Contributos para uma Visão Territorializada do Desenvolvimento Económico” — CCDRN;

Participação no Fórum NET Inovação e Tecnologia “Posicionamento Estratégico na Era da Globalização” — FEUP;

Experiência Profissional:

Iniciou o seu percurso profissional no ano de 1995, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) — Direção Regional de Prospeção e Planeamento, sendo responsável pela gestão de programas e projetos de Desenvolvimento Regional no âmbito do PO NORTE — Programa Operacional da Região do Norte (II Quadro Comunitário de Apoio 1994-1999); De janeiro de 2001 até novembro de 2006 exerceu funções no mesmo organismo, sendo responsável pela gestão de programas e projetos de Desenvolvimento Regional, no âmbito do ON — Operação Norte (III Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006); De janeiro de 2007 a dezembro de 2007, colaborou com a AfDB — African Development Bank, ORSB — Department Regional South Sede — Tunis, Tunísia, no âmbito do Programa InovContacto) — Assessoria ao Country Economist para Moçambique; De maio de 2007 a dezembro de 2007, colaborou com a AfDB — African Development Bank, MZRO — Mozambique Regional Field Office, Maputo, no âmbito do Programa InovContacto — Assessoria ao Country Economist; De dezembro de 2008 a junho de 2011, exerceu funções na CCDRN — Centro de Avaliação de Políticas e Estudos Regionais, sendo responsável pela monitorização e avaliação de políticas públicas; De julho de 2011 a outubro de 2012, iniciou funções como Economista na Direção de Regulação Económica, no INAC — Instituto de Aviação Civil, I. P.; — De novembro de 2012 a maio de 2013, exerceu funções na Unidade de Coordenação Financeira, do IFDR — Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P.; De maio de 2013 a novembro de 2015, exerceu funções na SEDR — Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, como assessor do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional; De novembro de 2015 a janeiro de 2016, exerceu funções na Agência para o Desenvolvimento e Coesão I. P., concedendo apoio transversal ao Conselho Diretivo da Agência, no âmbito da implementação do ciclo de fundos europeus e de investimento 2014-2020; De janeiro de 2016 a março de 2016, exerceu funções de Técnico Superior dando apoio à Comissão Executiva da AMP no âmbito de monitorização, avaliação, preparação, acompanhamento e implementação de programas e projetos associados ao ciclo de programação 2014-2020, nomeadamente os relativos ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial AMP 2020 e ao DLBC GAL Costeiro “Litoral Norte da AMP”; Desde março de 2016 até à data, Chefe da Divisão de Gestão de Fundos Comunitários, em regime de substituição.

11 de setembro de 2017. — O Primeiro-Secretário da Comissão Executiva Metropolitana do Porto, *Dr. Lino Joaquim Ferreira*.

310775466

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE SETÚBAL

Aviso n.º 11340/2017

Na sequência de procedimento concursal comum para o preenchimento de dois lugares vagos no mapa de pessoal de 2017, para a categoria/carreira de assistente operacional, na área da agropecuária, autorizado por deliberação do Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Região de Setúbal, de 29 de maio de 2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 135, de 14 de julho, aviso n.º 7991/2017, torna-se público que foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com os seguintes trabalhadores:

Carlos Alberto Marrilhas Duarte para o desempenho de funções inerentes à carreira e categoria de assistente operacional, na 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 1, da Tabela Remuneratória Única, a que corresponde a remuneração base mensal de € 557,00 (RMMG de 2017), com efeitos a 18 de setembro de 2017.

João Carlos Parrulas Duarte para o desempenho de funções inerentes à carreira e categoria de assistente operacional, na 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 1, da Tabela Remuneratória Única, a que corresponde a remuneração base mensal de € 557,00 (RMMG de 2017), com efeitos a 22 de setembro de 2017.

12 de setembro de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Manuel Marques Garcia*.

310775888

CIMAC — COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL

Aviso n.º 11341/2017

Para cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, após conclusão do respetivo procedimento concursal, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com início em 1 de setembro 2017, com o seguinte trabalhador: Paula Tatiana de Sá Brás Alves Mendes auferindo a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória e nível 15.º da tabela remuneratória única.

Nos termos do artigo 49.º da LTFP, sendo reduzido, por via de aplicação da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, aplicável nos termos e condições previstas no artigo 9.º da parte preambular da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para a carreira/categoria técnica superior, o trabalhador fica sujeito a um período experimental com duração de 180 dias e início a 1 de setembro de 2017.

7 de agosto de 2017. — A Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMAC, *Horténsia dos Anjos Chegado Menino*.

310766491

MUNICÍPIO DE ABRANTES

Aviso n.º 11342/2017

Em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 42.º e no n.º 5 do artigo 43.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, bem como os artigos 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20/01, por meu despacho de 23/08/2017, nomeei Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência, Anabela Cristina Nunes Rodrigues Diogo, detentora da categoria profissional de educadora de infância, pertencente ao quadro do agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes em nomeação definitiva, pelo tempo do mandato iniciado em 19/10/2013.

Nos termos previstos na alínea e) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20/01, irá auferir a remuneração da categoria de origem, conforme opção da própria.

A presente nomeação terá início no dia 01/09/2017.

1 de setembro de 2017. — A Presidente da Câmara, *Maria do Céu Albuquerque*.

310762992

MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

Aviso (extrato) n.º 11343/2017

Listas unitárias de ordenação final

Para os devidos efeitos e nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual, torna-se público que as listas unitárias de ordenação final do procedimento concursal comum, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 226, de 24 de novembro de 2016 para constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado, e que a seguir se identificam, se encontram afixadas no placard da Divisão de Administração e Gestão de Recursos, no Edifício Paços do Concelho, Largo de São João, 2894-001 Alcochete, e disponíveis na nossa página eletrónica.

Mais se torna público, que nos termos dos n.ºs 4 e 5 do citado artigo 36.º, ficam desde já notificados, todos os candidatos, dos respetivos procedimentos, sobre o ato de homologação das correspondentes listas de ordenação final, designadamente: Ref. C/2016 — Um posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional na área de Asfaltador e Ref. D/2014 — Um posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional na área de Carpintaria, cujas listas de ordenação final, foram homologadas a 07/09/2017.

12 de setembro de 2017. — A Vereadora do Pelouro da DAGR, *Raquel Prazeres*.

310779621

MUNICÍPIO DE ALENQUER

Aviso n.º 11344/2017

Para os devidos efeitos legais, torna-se público, em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que:

a) Cessou a relação jurídica de emprego público existente, entre a autarquia e os seguintes trabalhadores: